

Crédito pecuário a mulheres de Moçambique: dinâmicas sociais de gênero

Maria Henrique Cândido¹

Marta Júlia Marques Lopes²

RESUMO

O objetivo principal deste estudo foi conhecer e compreender os fatores que influenciaram as mulheres rurais do Posto Administrativo de Changalane, ao Sul de Maputo – Moçambique, a optarem pelo crédito pecuário e o significado social do novo papel socioeconômico por elas assumido na Comunidade sob influência da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural (AMRU). Sustenta-se no gênero como categoria analítica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa na perspectiva investigativa exploratória. Centra-se na constituição das mulheres rurais como beneficiárias do crédito pecuário. Essa nova atividade despertou a comunidade para novas formas de produção e relacionamento sociofamiliar, possibilitando o estabelecimento de novas e mais igualitárias relações entre os sexos. Foram identificadas mudanças nas relações sociais e familiares nas unidades produtivas na Comunidade, decorrentes dessa nova modalidade de crédito às mulheres. A estrutura de relações sociais e de gênero foi questionada, favorecida pela estratégia de Educação Cívica e capacitação socioprofissional proposta pela AMRU. Identificou-se a inclusão da mulher, até então “invisível”, como um segmento importante na produção de riquezas, assim como no espaço da cidadania, na direção da justiça social e promoção da igualdade entre os sexos. Discute-se as repercussões dessa atividade na dinâmica das relações matrimoniais que influenciaram a valorização e autoestima das mulheres no plano econômico e social e que culminaram com a aquisição de prestígio social. Mudanças vislumbradas na dinâmica familiar, a partir de elementos materiais e simbólicos, compõem, atualmente, a vida dessas mulheres. Salienta-se, também, a relevância da “nova identidade” proporcionada e geradora de novas práticas sociais na conformação do rural e da Agricultura Familiar dentro dessa Comunidade.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres; Crédito.

¹ Bacharel em Ciências Sociais (UEM-Moçambique), Mestre em Desenvolvimento Rural Pgdr Ufrgs. (mch@gmail.com)

² Doutora em Sociologia (Universidade de Paris VII), Professora Titular da UFRGS. (marta@enf.ufrgs.br)

INTRODUÇÃO

Este artigo decorre de uma pesquisa sobre dinâmicas sociais de gênero a partir da concessão do crédito pecuário a mulheres rurais do Posto Administrativo de Changalane em Maputo – Moçambique, no período compreendido entre 1996 e 2008, sob influência da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural (AMRU). Sua elaboração foi estimulada pela constatação da ausência do reconhecimento adequado da participação da mulher rural no processo de desenvolvimento socioeconômico do País. Nesse meio prevalece a “supremacia masculina”, protegida pelos costumes, tabus e pela divisão sexual do trabalho, advinda dessa condição, que mantém a subordinação das mulheres, especificamente na zona sul de Moçambique. Nas zonas rurais a participação da mulher é definida pela tradição e pela cultura, que a coloca numa situação desfavorável na hierarquia social.

Parte-se da desvalorização e/ou da invisibilidade da mulher rural como produtora de riqueza no País. “Constata-se essa desvalorização apesar da sua participação na atividade agrícola, a principal fonte de recursos necessários para assegurar a alimentação, saúde e educação da sua família, e também a principal via da participação dos membros dos agregados familiares no processo de desenvolvimento econômico e social do País” (PNUD, 1998, p. 52).

Observou-se que os programas de desenvolvimento rural implementados para incrementar as oportunidades de geração de rendimentos, particularmente para o setor familiar, foram direcionados em benefício dos homens produtores. Isso é elucidado por estudos elaborados por autores moçambicanos, tais como Valá (1997, 2006), Casimiro (1998), Osório (2006) entre outros, que dão conta do caráter de invisibilidade do trabalho da mulher, visto que as atividades por elas realizadas, no âmbito doméstico, não são consideradas como trabalho e, sim, como tarefas domésticas. Já as atividades realizadas pelas mulheres no âmbito produtivo são consideradas apenas como “ajuda” aos homens. Contemporaneamente, têm-se desenvolvido estudos que tratam da temática de gênero e desenvolvimento rural, que enfatizam a importância da participação da mulher nas estratégias de desenvolvimento. Esses têm revelado mudanças de discurso na legitimação da subordinação e secundarização da mulher, produzindo outros discursos baseados em relações solidárias de gênero.

Importa ressaltar que a presença da mulher em atividades outrora reservadas aos homens é um fato resultante de transformações ocorridas na estrutura social moçambicana que contribuíram para a ocorrência da “abertura” democrática com repercussões culturais e socioeconômicas. O rompimento de barreiras protagonizado pelas mudanças ocorridas no cenário político, social, econômico e cultural do País se desenharam com o fim da guerra civil e da centralização do governo. Nesse contexto, o Estado e a Sociedade moçambicana estão sendo fortemente influenciados pelo contexto internacional, pela globalização e os chamados parceiros internacionais. Os últimos 20 anos foram marcados pela nova Constituição (1990) como referência desse processo

democrático e assistiu-se à promoção de cooperação entre setores públicos e o privados e manifestação popular dos interesses dos cidadãos a partir de 1992. Verificaram-se, portanto, importantes mudanças na forma de organização do Estado e na sua articulação com a sociedade civil. Foi nesse cenário que se iniciou a reinterpretção do processo produtivo, dando visibilidade a presença e perseverança da mulher, assim como a valorização de sua contribuição à economia nacional e ao processo de desenvolvimento do País como um todo.

Importa destacar, também, que, apesar dessa pluralidade, prevalecem as políticas neoliberais que priorizam as Políticas de Reajustamento Estrutural (PRE), lideradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), em detrimento de políticas sociais. A consequência disso é a pobreza e exclusão social que, potencializadas por fenômenos naturais (secas e cheias) cíclicos, constituem uma situação dramática, cuja maior vítima é a mulher.

Salienta-se que a sociedade civil moçambicana também se transformou e em alguns casos foi agente importante dessas mudanças; hoje, interage com o Estado com certo dinamismo e intensidade, destacando-se na criação e no fortalecimento de determinados tipos de organizações/associações da sociedade civil, lideradas por mulheres, para promoção da própria mulher. Trata-se de um conjunto de organizações/associações da sociedade civil que, apesar de origens, trajetórias e perspectivas diferenciadas, trazem consigo uma visão de mundo nas suas ações buscando formas e estratégias de contribuir no processo de desenvolvimento do País. Essas mudanças contribuíram, por exemplo, para o surgimento da AMRU, em 1991, oficializando-se em 1992 com início de atividades de apoio à mulher rural com Programa de Fomento Pecuário (PFP), em 1996. Essa associação parte de uma experiência sem precedentes históricos no País e participa no processo de reconstrução social do pós – guerra, guerra essa que assolou Moçambique durante 16 anos. O PFP veio estimular a mulher a participar do processo de desenvolvimento da sua comunidade e consequentemente do País como um todo. A introdução dessa nova atividade produziu uma transformação para as mulheres dessa localidade, que passaram a gerir algo que é efetivamente seu.

Portanto, o objetivo desta pesquisa consistiu em conhecer e compreender os fatores que influenciaram a mulher rural a optar pelo crédito pecuário e como esse novo papel econômico influenciou nas relações familiares em uma comunidade de dominação masculina. Para o desenvolvimento do estudo, optou-se pelo contexto histórico cultural e socioeconômico da Comunidade de Changalane no Distrito de Namaancha ao Sul de Maputo, em Moçambique por ser um local que concentra um número significativo de mulheres. Nesse Distrito foram beneficiadas 144 famílias ao todo pelo Crédito Pecuário concedido pela AMRU. Dentre essas; foram selecionadas 31 mulheres por critério de saturação que, conforme Giglione e Matalon (1997) ocorre entre 20 e 30 entrevistas, consentimento em participar e acesso geográfico. Para a construção da problemática e análise dos dados, buscou-se elementos teóricosociológicos nos estudos de gênero de Scott (1995) e Lopes (1995). Além disso, buscou-se

sustentação nos estudos sociológicos de Pierre Bourdieu, particularmente em suas reflexões sobre a dominação masculina (BOURDIEU, 1998).

As entrevistas estruturadas foram compostas por perguntas abertas e fechadas (sociodemográficas), sendo gravadas e desenvolvidas pela pesquisadora nos domicílios das mulheres. Considerou-se, na elaboração das questões, a viabilidade de obtenção de respostas, além da escolaridade das participantes. O consentimento das mulheres foi critério de desenvolvimento, guiando-se pela legislação brasileira de pesquisa com seres humanos (MS, 1996).

A PROBLEMÁTICA DE ORIGEM E OBJETIVOS DO ESTUDO: MULHERES E A ESTRUTURA SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

A Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural (AMRU) associou um programa social e econômico sob forma de crédito pecuário fundamentado em “uma política técnica” inovadora, com a intenção de aumentar o poder participativo das mulheres.

No caso específico da Comunidade de Chagalane, o crédito pecuário funcionou como um catalisador para alavancar as relações socioeconômicas comunitárias e, para as mulheres, significava o fim da miséria e das dificuldades vividas que causavam sofrimento.

Objetivamente a associação optou por conceder crédito às mulheres nas seguintes modalidades: a) caprinos: eram entregues cinco cabras e um bode a cada família e no fim de dois anos a família beneficiária comprometia-se a restituir sete crias para serem passadas para outras famílias; b) bovinos: o programa concedia duas vacas “prenhes” e a beneficiária comprometia-se a restituir dois terneiros a serem entregues a outras mulheres, passados três anos.

Na concepção dessa modalidade de crédito estava envolvido o pagamento de uma taxa de fomento no modelo definido pelo programa, equivalente a US\$ 50,00 para caprinos, reembolsáveis no período de 18 meses, e a US\$ 80,00 para o caso de bovinos, recebendo assistência técnica e acompanhamento por meio de mediadores e de programas afetos à Associação. Isso se deu não só para garantir o retorno do crédito, mas principalmente por ser esta uma nova atividade, envolvendo esse grupo específico de mulheres nessa comunidade. O processo foi compreendido graças à capacitação e à monitoria das beneficiárias e da comunidade no campo da produção, não só por ser uma modalidade nova, mas também por proporcionar a inclusão no grupo de mulheres sem nenhum grau de escolaridade no grupo.

Segundo a Associação, o crédito pecuário já beneficiou um total de 766 famílias em Magude e em Chagalane. No que diz respeito à capacitação, as beneficiárias receberam ensinamentos, a fim de conhecerem e terem domínio sobre a importância dos alimentos em qualidade e quantidade suficientes; sobre as

técnicas de manejo dos animais; sobre o melhoramento da produção e saúde dos mesmos, com objetivo único de reduzir a mortalidade (Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural, 1992). Para o sucesso do programa, quase toda a comunidade de Changalane foi beneficiada pela capacitação, incluindo a que não recebeu crédito, mas que também teve oportunidade de adquirir conhecimentos sobre: gestão de pequenos negócios; empoderamento da mulher; igualdade de gênero; direitos e Lei da Terra; Educação Cívica, entre outros.

Pode-se considerar, ainda, que os seminários, palestras, cursos entre outras formas de capacitação ministradas, constituíram-se em importantes momentos de socialização, sensibilização e articulação de diferentes atores sociais. Salienta-se que, ao final desses encontros, os participantes discutiam e sugeriam um conjunto de ações que permitiram a toda a comunidade, homens e mulheres, ampliarem suas discussões para um número maior de famílias de agricultores, de maneira que as preocupações relacionadas à equidade nas relações de gênero viessem a ser efetivamente incorporadas na vida das famílias e na dinâmica interna da comunidade.

Ao serem analisadas as ocupações e o trabalho antes da introdução do crédito pecuário, encontram-se fatores de influência para que essas mulheres praticantes da agricultura de subsistência optassem pelo crédito pecuário concedido, dando início à prática de uma atividade outrora de domínio masculino. Fatores culturais fundamentam as responsabilidades atribuídas à mulher na procriação (reprodução da família), e alicerçam a organização do trabalho familiar onde se considera a existência de uma divisão de responsabilidades por sexo e por idade no interior da unidade de produção.

Na perspectiva de Giddens (2007), observa-se nesse campo a preponderante divisão do trabalho entre os sexos, colocando homens e mulheres em posições desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza. Observa-se que o processo de socialização estabeleceu que dentro da unidade familiar existissem atividades que só as mulheres adultas deveriam executar porque requeriam algumas qualidades intrínsecas a essa obrigação. No entanto, essa condição atesta que “na divisão do trabalho a mulher é representada como força de trabalho, mas não sujeito das decisões sobre o produto do esforço despendido”, conforme salienta Osório (2006, p. 10).

Legítima-se a presença de mecanismos de subordinação na divisão do trabalho; o trabalho das mulheres, geralmente, aparece como ‘ajuda’ ao marido mesmo quando trabalha mais ou tanto quanto ele, ou quando executa exatamente as mesmas atividades. Essa situação é sustentada pelas dificuldades de acesso e controle dos recursos produtivos advindas da sua condição de mulher e da falta de informação sobre como reivindicar os seus direitos. O que legitima e garante praticamente tais mecanismos, segundo Bourdieu (2006), é o direito que se limita a consagrar simbolicamente, por um registro que eterniza e universaliza o estado da relação de forças entre os grupos e as classes e as classes de sexo neste caso.

Em uma situação análoga, Brumer (1988) e Freire (1984) observam que, na divisão do trabalho que se estabelece entre os sexos, aos homens cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (animais domésticos) e o cuidado do quintal.

A estrutura social que sustenta a vigência de relações sociais desiguais e excludentes, no seio da agricultura familiar, perdurou nessa comunidade até a introdução da atividade de criação de gado na década de 1990.

Em período de guerra constatou-se que as mulheres assumiram papel invisível de chefe de família nas situações precárias que acompanharam a guerra, tendo muitas delas, na ausência dos maridos, emigrado em busca de melhores condições de vida para suas famílias. Em função dessa migração constituíram-se unidades chefiadas “de fato” por mulheres, conforme Loforte (citado por Valá, 2006).

Importa ressaltar que as mulheres dessa comunidade nunca problematizaram as desigualdades de gênero, de tal modo que não houve movimento reivindicativo no sentido de eliminá-las. Isso pode significar falta de discernimento sobre a questão, apesar da existência da Organização Moçambicana de Mulheres (OMM) que possuía a tarefa de promover a emancipação da mulher. Tal emancipação era vista como o simples fato de as mulheres poderem participar em manifestações culturais no dia alusivo à mulher moçambicana e nas celebrações das datas comemorativas onde elas eram chamadas a tomar parte nas manifestações políticas, orientadas pelo partido no poder. Pouco se fez “para mudar a natureza marginal da participação da mulher rural em associações rurais ou mistas”, dizem Deere e León (2002).

A introdução do novo discurso sobre igualdade de gênero criou certa disfunção nas relações vigentes, em parte pela predominância da multiculturalidade e multiétnica entre os atuais casais residentes.

Salienta-se que, para a adesão das mulheres ao programa de criação de gado, fatores culturais pesaram no processo de tomada de decisão de optarem pela modalidade do crédito pecuário, explicitando a articulação entre a reprodução da dominação e o controle dos recursos, como o acesso à terra que predominava na região. A terra na qual as mulheres e suas famílias trabalham foi-lhes atribuída pela Associação local por meio da autoridade administrativa e local sob influência da AMRU, que já conhecia a condição da mulher rural naquela região do País. Isso se deu para promover, principalmente, o reconhecimento das mulheres como cidadãs completas e iguais, bem como os direitos da mulher à terra nas Comunidades camponesas (DEERE; LEÓN, 2002).

Convém salientar que não existe a posse legal de terra mesmo para as mulheres cujos pais viveram toda a vida nessa comunidade. É importante lembrar que a terra em Moçambique pertence ao Estado, podendo ser requerida para uso e aproveitamento para aquelas pessoas que antes da independência se encontravam ocupando algumas parcelas que possuíam de forma consuetudinária, reconhecida pela comunidade. Porém, a população estudada, em sua maioria, não dispõe desse mecanismo de posse jurídica e conta ainda com a observância da validade do direito de posse consuetudinária³. Em Changalane as mulheres da comunidade sempre primaram pela pluriatividade como atividades de rendimento, ou seja, dedicavam-se à agricultura de subsistência, associando o extrativismo e o trabalho migratório dos maridos e outros membros da família em países vizinhos ou na cidade de Maputo.

Importa ressaltar que a entrada do capitalismo enfraqueceu a produção dos camponeses locais e desestruturou a organização social das comunidades.

As empresas recrutavam mão de obra em diversos lugares do País em regime de trabalho forçado e, no final da colonização, muitos trabalhadores se estabeleceram constituindo famílias com mulheres locais dando origem à população nativa atual de Changalane. Destaca-se que a mão de obra feminina também foi usada nessas empresas como trabalho secundário, de pouco valor.

Assim nesse cenário constatou-se que fatores socioeconômicos foram determinantes na opção pelo crédito pecuário, pois a guerra civil havia provocado um desmoronamento da base econômica do sistema de cooperativas constituídas nos primeiros anos de independência. A modificação das relações no plano socioeconômico verificou-se, em primeiro lugar, pelo questionamento da autoridade das antigas cooperativas que repercutia numa economia considerada em estado de colapso em todo País, resultado do conflito armado e outros fatores macroeconômicos subjacentes. Esta questão foi posteriormente ampliada pela intensificação da violência e da crise política generalizada na sociedade moçambicana na década de 1980-90 e que trouxe, como consequência, dificuldades para a prática da agricultura. A população passou a buscar a sobrevivência na natureza. Ocorreu, em consequência, desmatamentos em busca de lenha e de produção de carvão para comercialização na cidade. A população local e a oriunda da cidade encontraram no desmatamento e na caça furtiva uma alternativa de sobrevivência.

Diante dessa realidade, constatou-se que as mulheres sempre tiveram trabalho excessivo em relação aos homens, elas trabalhavam na produção de carvão, saíam para vendê-lo e ainda se dedicavam ao trabalho doméstico e ao cuidado das crianças e do restante da família, como afirma Osório (2006). Diz esse autor que é curioso constatar que no discurso dos homens há uma consciência do trabalho excessivo das mulheres. No entanto essa constatação não se traduz em

³ Entende-se por direito consuetudinário “um conjunto de hábitos, que se constituíram como costumes, de caráter normativo, dentro de um agregado social como tal ou dentro de um dos seus grupos e que se tornam parte integrante das garantias de ordem especificamente jurídicas” (GOTTFRIED, 1969, p. 197).

necessidade de partilha ou consciência da injustiça, precisamente porque os homens foram socializados para aceitarem e reproduzirem a situação de desigualdade como natural à diferenciação sexual.

Nesse cenário exposto, desenvolveram-se reflexões que deram origem ao objetivo deste estudo que buscou conhecer as influências da introdução do crédito pecuário na vida familiar e comunitária das mulheres da comunidade de Chagalane.

Para conhecer as mulheres do estudo, formularam-se algumas variáveis sociodemográficas como: idade, escolaridade, estado civil, trabalho, renda familiar, número de filhos. Essas possibilitaram caracterizar as mulheres da seguinte forma: maioria nas faixas etárias economicamente ativas de 20 a 39 anos (25,8%) e 40 a 49 (41,8%); escolaridade baixa ou nenhuma (aproximadamente 70% das entrevistadas); estado civil, maioria (32,3%) com casamento tradicional (sem registro); 25,8% com casamento com registro civil (incrementado sensivelmente após a adesão ao crédito pecuário); 19,4% viúvas; 16,2 % solteiras e 6,4 % demais situações conjugais. Esse dado atesta a adesão de mulheres sem parceiro para 36,0 % das entrevistadas. Mostra que as mulheres assumem outras relações sociais, além do casamento como única alternativa. Quanto à ocupação, a maioria (45,2%) se denomina agricultora e criadora de gado; 35,5% além das anteriores se dizem negociantes, e as demais referem a agricultura, e o “trabalho fora” para identificar outro âmbito além do doméstico. A renda familiar é originária do trabalho agrícola para 45,2% das mulheres entrevistadas, para 32,3% delas a origem da renda é mista, salários ou atividades não agrícolas. Benefícios e pensões perfazem aproximadamente 15% e foram citadas outras rendas para as restantes. Dessas mulheres, 84% têm de 3 a 6 filhos e aproximadamente 15% têm entre 7 e mais de 9 filhos. Observa-se que as famílias são tradicionalmente numerosas; no entanto, as mulheres referem que está aumentando tendencialmente o grupo das com menos filhos.

Além dessas informações foram investigadas características econômicas da unidade produtiva e a emissão do crédito pecuário particularmente. Foram entrevistados informantes privilegiados para complementar as informações locais, entre eles 8 maridos; 4 técnicos agropecuários; 2 representantes da AMRU e 5 líderes comunitários.

As categorias de análise temática, que emergiram das entrevistas, estão descritas nos resultados e correspondem a: trabalho; relações familiares e comunitárias; condições de vida material; autoestima e cidadania; prestígio social; família e mudança.

RESULTADOS

A introdução do crédito pecuário e o trabalho das mulheres

Um olhar sobre as relações entre mulheres e homens na localidade de Changalane, depois da introdução do crédito pecuário, sugere um novo olhar para o processo de transformações ocorridas na comunidade, desmistificando a eficácia dos princípios culturais consagrados e legitimados pela comunidade e tendo em conta os conflitos internos no espaço social. Considerando a metodologia e a análise qualitativa proposta com base nas entrevistas, optou-se por fazer referência aos quantitativos sem usar percentuais em grande parte das informações, uma vez que, a nosso ver, isso dificultaria a leitura deste texto já resumido. Assim, quando nos referimos à maioria, estamos considerando mais de 50% das entrevistadas ou, em alguns casos, unanimidade.

O esforço empreendido, sobretudo pela AMRU, no sentido de legitimar uma nova abordagem das relações sociais de gênero, constituiu uma nova realidade que revelou autonomia das mulheres no meio rural. Fatores econômicos, preponderantemente, influenciaram as mulheres a aderirem a esta modalidade de crédito, mesmo contra vontade de alguns maridos. Desafiaram o processo de (des)organização da estrutura de trabalho da comunidade de Changalane.

Nem todas as mulheres aderiram ao crédito, achando que o mesmo “não era para elas”, e outras, que “não era oportuna a adesão a uma nova atividade naquele momento” porque “não seriam capazes de dar conta da criação de gado e do reembolso do crédito”.

Do ponto de vista das mulheres, não se tratava apenas de substituir atividades antigas por outras novas, mantendo o padrão de complementaridade com relativa autonomia face aos homens. Algumas dentre elas optaram por essa nova atividade, mas dependiam do marido para proverem o capital inicial e a possibilidade de viabilizar a continuidade do empreendimento. Importa enfatizar que o estabelecimento no Posto Administrativo de Changalane de uma Casa Agrária resgatou a prática de agricultura, auxiliando os camponeses com sementes, assistência agrária, captação de água potável via abertura de poços subterrâneos e rega dos cultivos, entre outras atividades que beneficiaram homens e mulheres. Antes da introdução do crédito pecuário, pode-se afirmar que as mulheres se encontravam numa situação de paralisação quase completa, causada por falta de sementes, instrumentos de produção, entre outros meios. Isso é demonstrado nas entrevistas das mulheres quando afirmam que:

Quando a AMRU chegou nós estávamos sentadas na sombra daquela árvore ali, sem nada para fazer. Não tínhamos sementes para iniciar, tudo tinha sido destruído e nós sobrevivemos porque refugiamos nas montanhas a tempo. As pessoas que ficaram foram mortas e as casas incendiadas. Utilizamos as chapas de zinco queimadas para construir

casas. Não fazíamos quase nada, preparávamos bebidas alcoólicas localmente, embriagávamo-nos, lutávamos entre nós e os maridos batiam nas mulheres depois de bêbados, devido à prática de adultério. “Começamos tudo do zero” (Entrevista n. 12, 2008).

Bourdieu (1966) auxilia na compreensão dessa situação ao afirmar que as “mulheres que passaram por um período de humilhação ao longo das suas vidas refletem a reprodução da dominação masculina” no seio da Comunidade. Neste caso, constata-se que, entre as próprias mulheres agricultoras, legitima-se a submissão nos casos de adultério e da agressão física com a alegação de que é justo o marido usar o castigo físico como demonstração de amor.

Essa violência não se restringe à perpetuação das prerrogativas morais masculinas, mas atinge a dimensão física do relacionamento matrimonial. Mesmo quando acontece o espancamento, não ocorrem denúncias, por se tratar de assunto de domínio familiar que diz respeito apenas à mulher e ao marido.

No sentido de questionar muitas dessas situações, o objetivo da AMRU de apoiar as mulheres de Changalane teve como ponto de partida a quebra de diferentes mecanismos que restringiam e desqualificavam a participação das mulheres agricultoras no processo de gestão e decisão dentro da unidade familiar. Os obstáculos impostos à sua plena participação foram e estão sendo paulatinamente removidos pela tomada de consciência da existência de direitos iguais entre homens e mulheres, facilitados pela participação, tanto de homens como mulheres, na formação e educação cívica. A maioria dessas pessoas tomou conhecimento pela primeira vez da existência desses direitos consagrados na lei-mãe no momento da adesão ao crédito.

A AMRU, por meio da participação em seminários e cursos de capacitação, buscou contribuir para a construção de condições que revertessem o quadro de subordinação e discriminação sexual, revigorando, também, princípios de democracia. Esses espaços contribuíram para que os agricultores (mulheres e homens) com experiência de vida e trabalho pudessem trocar vivências, compartilhar angústias e desejos, e sonhar em construir novas relações sociais baseadas na igualdade e na solidariedade, além de lutar contra a exclusão e a discriminação. Paralelamente a esse processo, a AMRU introduziu a apicultura em moldes profissionais providenciando consultoria, assistência e outros insumos necessários para produção.

Dados obtidos localmente revelam que era tradição na comunidade mulheres criarem no mínimo cabritos para consumo familiar, ou para festas de casamento ou para recepção de hóspedes, em outros eventos familiares. Porém, isso não era considerado trabalho, fazia parte das suas “obrigações matrimoniais”. São numerosos os elementos contidos nas entrevistas afirmando que a introdução desta nova atividade contribuiu para assunção de um novo papel social pelas mulheres na família. Algumas (35,5%) referem ser “empresárias” a partir do momento em que se consideram trabalhadoras e gestoras de um negócio. No caso

concreto das mulheres ainda solteiras, observa-se que se consideram fortalecidas e pensam investir em outros negócios. São unânimes em afirmar que a AMRU “abriu-lhes os olhos”, iluminando, de forma gratificante, o seu modo de ver o mundo. Isso se deve ao fato de nunca terem pensado em ser proprietárias de bens tão valiosos.

Segundo Deere e León (2002, p. 226), no entanto, o que a sociedade pensa acerca das mulheres ainda se sustenta em argumentos clássicos que “continuam ‘invisibilizando’ a mulher agricultora, pressupondo que, ao beneficiar homens chefes de família, as mulheres destas famílias também serão beneficiadas”. No entanto, as mulheres esboçam resistência e, na comunidade do estudo, fazem parte de órgãos de tomada de decisões como: chefe de quarteirão, diretoras de escola, de centro de saúde e chefe de posto administrativo, entre outros postos de poder na comunidade. Essa elevação da mulher a cargos de poder desperta nelas a autoestima e motiva a continuarem, sentindo-se conscientemente exigidas a se comportarem de forma a garantir a credibilidade da parte dos maridos, da família e dos vizinhos para merecerem respeito e tratamento equitativo na perspectiva das relações de gênero.

Considerando essa realidade, constatou-se que existem desafios a enfrentar para superar as diferentes dimensões da exclusão das mulheres no campo. Esses passam, necessariamente, por enfrentar e desafiar um padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais como sujeitos políticos e econômicos em Moçambique.

Relações familiares e comunitárias: repercussões do crédito

As relações familiares e comunitárias são elementos importantes como fundamentos compreensivos para os achados desta pesquisa. Evidenciou-se que, no contexto estudado, estão sendo construídas novas relações familiares, coesas e solidárias, passando as mulheres a conhecerem o respeito da comunidade. Como reflexo desse respeito, os maridos passam a dedicar mais tempo às esposas e pode-se argumentar também que os maridos, que pagaram o crédito em nome da esposa, têm assegurado o investimento feito. Nesse sentido, cuidam do gado de modo a certificar-se do seu desenvolvimento e pagam “pastores” em alguns casos. Enfim, mesmo que o interesse seja também de cunho individual e “protetor” da autoridade masculina, o fato de os maridos se envolverem na atividade é indicativo que aderem a práticas mais participativas e igualitárias.

Nesse sentido, podem-se identificar mudanças no comportamento de alguns homens pela observação de situações em que os maridos se ocupam da construção e do conserto de currais para albergar os animais no período noturno, evitando que sejam expostos ou se percam na mata ou mesmo sejam roubados. Isso é, em última análise, considerado uma forma de parceria entre marido e mulher no trabalho, justificada pelo fato de ser a atividade principal do casal.

Merece atenção salientar situações em que homens, que se encontravam refugiados nas cidades ou nos países vizinhos, alguns dos quais já haviam constituído outras famílias, regressaram à comunidade ao tomarem conhecimento de que as esposas se encontravam criando gado e que, possivelmente, as dificuldades financeiras teriam chegado ao fim. Pode-se dizer que as relações na família tomaram outras direções desde então. Algumas se tornaram mais sólidas porque marido e mulher se tornaram parceiros de trabalho; outras sofreram rompimentos. Salienta-se que as mulheres, invariavelmente, dizem ter conquistado seu espaço na família e na comunidade, conforme refere uma delas:

A comunidade admira as mulheres que decidiram por esta atividade. Tenho prestígio na família e na comunidade. Ganhei respeito, mais do que esperava na comunidade. Não tenho motivos de queixas nas relações familiares. Agora sou dona do gado e, com orgulho, ando de cabeça erguida (Entrevista n. 15, 2008).

Por razões da multiculturalidade e multietnicidade da Comunidade de Changanane, ou seja, das diferentes origens dos homens residentes, a maior parte das mulheres criadoras de gado não convive com os familiares dos maridos por residirem em outras províncias ou localidades distantes. Isso teria sido elemento facilitador da receptividade das novas formas de vida social introduzidas juntamente com o crédito. A predominância dessa multiculturalidade e multietnicidade faz com que a maioria dos homens sejam oriundos “de fora”; conseqüentemente, obedeçam às regras do jogo locais. Assim, o sistema de dominação masculina, aceito tradicionalmente, não ocorre tacitamente nesse cenário e frustra-se, já que os homens encontram-se longe de suas famílias e de seus grupos de referência. Esse fato condiciona os homens a se adequarem às condições impostas localmente. De certa forma, num mecanismo contraditório, como diz Bourdieu (2006), “veem-se obrigados a recorrer ao trabalho de forma direta, cotidiana e pessoal para produzirem e reproduzirem as condições sempre incertas de dominação”.

Considera-se que o fato de os maridos e outros membros da família, assim como a comunidade em geral, terem acompanhado o processo de atribuição de crédito e conjuntamente terem passado pelo processo anterior de capacitação e preparação, induziu as mulheres à obrigação de assumirem e corresponderem às expectativas familiares e da comunidade para esse novo papel. As viúvas (19,4%) tiveram a oportunidade de elevar o seu *status* social, na medida em que adquiriram independência e capacidade de tomarem decisões recorrendo às orientações do presidente da localidade e da presidente da associação das mulheres locais. Da mesma forma, as mulheres solteiras (16,2%), vivendo sozinhas, ou com os pais, aproveitaram a oportunidade.

Ao analisar-se a perspectiva do prestígio social na Comunidade, revela-se que as mulheres referem esse prestígio a partir do momento em que podem dirigir-se em público, sem constrangimentos, e serem ouvidas também pelos homens que outrora não as valorizavam. O grupo beneficiário tem

representatividade na comunidade na medida em que as mulheres tornaram-se capazes de dominar a informação e a tecnologia na atividade proposta, tanto individual como coletivamente.

“Toda mulher devia ter esta oportunidade”. “A partir do momento que eu me tornei criadora já não bato porta na vizinhança para pedir alguma coisa”. “Tenho meu próprio dinheiro”. “Sou uma mulher que não era antes”. “Quando peço emprestado a alguém, não hesita em me dar porque sabe que vou pagar”. “Hoje quando me levanto numa reunião para falar, colocar minhas ideias, as pessoas me escutam e respondem com respeito, o que não acontecia antes” (Fragmentos de entrevistas diversas, 2008).

O que está em jogo nessa questão é o “respeito” advindo dos maridos. Referimos anteriormente a delimitação de diferentes papéis entre os membros do grupo doméstico camponês e, particularmente, as representações formuladoras do lugar ocupado pela mulher na família e no casamento. Convém lembrar que essas representações são construídas e reproduzidas socialmente a partir de referenciais postulados culturalmente, as quais legitimavam a ingerência paterna na definição do processo de tomada de decisões.

Na situação analisada coloca-se em questão a autoridade do poder masculino, particularmente no que diz respeito a sua referência econômica. Importa salientar que o prenúncio de mudanças na velha estrutura social local, por motivos já referidos nesta pesquisa, facilitou a introdução de novas formas de vida familiar e comunitária e contribuiu para que as criadoras de gado se sentissem individualmente “uma outra pessoa” no relacionamento familiar e no diálogo que se estabeleceu a partir dessa nova realidade social. Ao longo da história a comunidade realizava casamentos reconhecidos tradicionalmente e caracterizados por “lobolo”, ou seja, pagamento de dote à família da mulher que mantinha um relacionamento marital e era considerada casada. Nesse caso podia viver com a família do marido a vida inteira. Destaca-se hoje que a oficialização das relações entre casais é resultado do desenvolvimento de novas relações protagonizadas pela nova atividade. Reflete a “revolução” ocorrida nas condições financeiras que elevam o capital econômico e social dessas famílias.

As mulheres, unanimemente, referem que, ao alcançarem a estabilidade no sustento da família, sonham em conquistar mais bens materiais que vão, por sua vez, elevar o seu *status* social e, conseqüentemente, fazer com que adquiram cada vez mais prestígio na comunidade. Apesar do conhecimento que a população tem da existência do casamento civil reconhecido pela lei e pelo Estado, isso não era visto como motivo para reivindicações dessa condição. Porém, a nova realidade permitiu que alguns homens e mulheres vivendo juntos, em torno de 25% desse grupo entrevistado, assumissem perante a Lei a sua relação e se casassem. Para as mulheres, “essas famílias unidas por matrimônio elevaram seu prestígio na comunidade.”

Inúmeras falas das mulheres refletem o prestígio que as criadoras adquiriram no interior da comunidade. Dessa forma, considera-se que “cuidar de gado” é um trabalho que veio inesperadamente despertar a mulher de

Changalane. Esse fato pode ser observado quando dizem que “parece estarem vivendo um sonho e que irão acordar a qualquer momento”. Essa mudança adquire maior valor influenciada pela situação dramática que viveram ao longo dos anos de fome e de guerra.

“Hoje me sinto valorizada por que as pessoas sabem que crio gado. Agora conto comigo porque posso resolver qualquer problema social que possa surgir” (Entrevista n. 18, 2008).

Esses significados podem ser entendidos na perspectiva de Bourdieu (2006), segundo o qual o “uso de estratégias baseadas na honra e a confiança que usufruem nas relações que podem mobilizar, permite-lhes não só irem ao mercado tendo como única moeda seu rosto, seu nome, sua honra”. Assim, pode-se justificar o orgulho com que as mulheres entrevistadas referem-se a essa respeitabilidade pública.

Acredita-se que o referido prestígio da maioria das entrevistadas vai se concretizar efetivamente pela educação dos filhos, que é o desejo de muitas mulheres. Elas referem usar os rendimentos da atividade como criadoras na educação dos filhos, de forma a não permitir que eles perpetuem o padrão de pobreza experimentado pelo país. Essa decisão repercute nos projetos de vida dos membros do agregado familiar, redefinindo padrões e noções do que pode vir a ser a família daí por diante.

Constatou-se, entre as entrevistadas, um grupo de mulheres (aproximadamente 20%) que, a partir do benefício do crédito pecuário, retomaram os estudos e se encontram hoje no grupo de maior nível de escolaridade das mulheres em relação aos homens. Esse fato é entendido e salientado por Valá (2006, p. 180) quando afirma que “as mulheres locais estão procurando ganhar cada vez mais visibilidade e intervir de forma crescente nos processos produtivos e nos círculos de tomada de decisões”.

Nessas circunstâncias, o grupo que se encontra em busca de conhecimento e de elevação do nível de escolaridade se considera autônomo e responsável pelo trabalho que executa, pelos filhos que criam e planejam educá-los como forma de permitir a mobilidade na escala social, evitando a perpetuação da situação de pobreza que experimentaram em suas vidas. Nessa ótica, em sua maioria, projetam o futuro para seus filhos fora do campo, capacitando-os de forma a definir outros modos de ganhar a vida. Sonham com outras perspectivas profissionais, particularmente vinculadas à cidade.

Condições de vida material: mudanças substantivas na vida individual e familiar

As mulheres de Moçambique são consideradas o maior contingente de trabalhadores na produção agrícola, produzindo alimentos e produtos exportáveis.

É comum dizer-se que são elas que alimentam o País, produzindo inclusive com recurso de conhecimentos tradicionais auxiliadas com técnicas básicas de agricultura e com resultados ínfimos (MADER, 2002). No entanto, isso não exclui o caráter "invisível do trabalho da mulher" e a invisibilidade de sua contribuição no processo de desenvolvimento do país, de acordo com Lopes (1995). Nesse sentido, diz a autora, a invisibilidade é alicerçada pelos símbolos culturais disponíveis com relação aos sexos, que constituem a base da valorização das práticas de homens e mulheres. Nesse contexto, o trabalho das mulheres é invisibilizado na dimensão de "serviço à família". Por outro lado, a ausência de valor mercantil para essas práticas (naturalizadas e invisibilizadas) desvaloriza socialmente as mulheres e as submete a relações hierárquicas entre os sexos.

Um dos fatores que influencia a não valorização das mulheres no processo de desenvolvimento, apesar de serem chamadas de "alimentadoras da nação", é o caráter camponês masculino e hierarquizado da sua organização: não se admite que a direção, organização e execução do trabalho na unidade familiar sejam de responsabilidade das mulheres.

Portanto, segundo Lopes (1995), a problemática da invisibilidade da contribuição das mulheres das áreas rurais ao desenvolvimento e o reconhecimento da multiplicidade de papéis que elas desempenham no cotidiano social, econômico e cultural, continua sem ser resolvida, assim como o dilema central da iniquidade entre homens e mulheres.

Desse modo, analisar as condições de vida material tornou-se relevante para entender as mudanças no estatuto das mulheres em estudo nas últimas décadas, que decorre dos benefícios do crédito pecuário às famílias da comunidade. Além de aumentarem a produção agrícola com uso da tração animal ou mesmo maquinário, como trator, o novo papel e a nova posição atribuída pela comunidade trouxeram moradias de alvenaria, eletricidade e água canalizada.

Dentre as mulheres que fazem parte desta pesquisa, pelo menos duas já adquiriram veículos motorizados, que são usados pelos maridos para facilitar os deslocamentos. Uma dessas mulheres é casada com o Presidente da Associação Agropecuária das Mulheres de Changalane. Ela afirma: "Agora me considero trabalhadora... quando recebi o primeiro salário comprei congelador, mobília e outros bens que não esperava ter... não sonhava ter uma vida assim, meus filhos estudando no secundário... Estou a construir casa para os meus filhos" (Entrevista n. 2, 2008).

Cabe aqui salientar que possuir casa de alvenaria com energia elétrica e água canalizada ultrapassa as expectativas de quase todas as famílias. A aquisição desses bens materiais simboliza o bem-estar, da mesma forma que mandar os filhos à escola.

Conforme as mulheres e os homens (8 maridos) entrevistados, os que participam ativamente no processo produtivo repetidamente referenciam que antes do início da criação de gado por meio do crédito pecuário, as pessoas não dispunham de nenhuma alternativa de produzir o seu próprio sustento.

Consideram o gado um fundo guardado no “banco”, porque a qualquer momento que surgirem problemas na família podem recorrer a ele para a busca de soluções. Relatam que no início do ano letivo vende-se uma cabeça para matricular as crianças, comprar uniforme escolar e livros, além de tudo que for necessário para o ano escolar.

Em particular, no que se refere ao sustento, as mulheres relatam: “A criação de gado transformou minha vida... (Entrevista n. 5, 2008); “Já não dependo de marido... Sou economicamente ativa, agora não dependo só da agricultura” (Entrevista n. 6, 2008); “Eu estava ‘desamparada’, separada do marido” (Entrevista n. 7, 2008).

Outra salienta:

o meu marido quando queria comprar carro faltou algum dinheiro para acrescentar, vendemos uma cabeça de gado e resolvemos pela compra do carro. Quando faleceu o meu irmão na África do Sul encontramos solução na venda de um dos animais para transladar o corpo dele de lá para ser enterrado em casa. Se não tivesse essa oportunidade nada disso teria acontecido, ele teria sido enterrado por estranhos, lá sem a família por perto (Entrevista n. 30, 2008).

Embora a heterogeneidade impeça a generalização dos resultados para toda a população em estudo, é verificável a superação alcançada pela maioria das beneficiárias do crédito, a ponto de algumas terem construído outras casas e terem a capacidade de realizar outros negócios. Algumas delas viajam para países vizinhos para comprar produtos que escasseiam na Comunidade para comercialização. Como diz uma delas: “Passei a ganhar mais dinheiro... Nunca tinha recebido muito dinheiro de uma só vez, quando vendi uma cabeça” (Entrevista n. 7, 2008). Outras têm planos de comprar carro com capacidade para transportar produtos de Changalane para outra localidade, a fim de facilitarem o escoamento de produtos agrícolas e outro tipo de mercadoria para a comercialização. Argumentam que esperar gente que venha de Maputo para comprar na localidade as obriga a vender mais barato: “com carro próprio podemos vender ao preço real na cidade”, dizem elas. Já adquiriram motocicletas que são usadas para transporte de pequenas mercadorias e pessoas.

Na perspectiva ainda das condições materiais, algumas situações ocorreram demonstrando os conflitos de gênero. Há casos de mulheres que mesmo correspondendo às expectativas enfrentaram conflitos familiares como é o caso seguinte: “Meu marido quer destruir tudo, ele abandonou a casa, foi viver com outra mulher, não presta assistência nenhuma à família e quando descobriu que eu era beneficiária do crédito e que estava criando gado começou a ameaçar destruir tudo. Ele odeia a minha condição atual, porque ele está na pior... então não se sente feliz em saber que eu já não sou mais dependente dele e que estou numa situação boa... Mas ele não vai fazer nada porque a comunidade não vai deixar” (Entrevista n. 15, 2008).

As repercussões da adesão ao crédito nas relações matrimoniais podem ser entendidas, conforme Lopes (1995, p. 82), quando diz que as práticas sociais de homens e mulheres articulam em si razões de sexo e classe. As práticas de trabalho das mulheres são argumentadas na perspectiva da sua coerência com atributos "femininos" inerentes a uma "natureza feminina" e, dessa forma, hierarquizada socialmente.

Assim, a adoção de modelos coletivos de agregados familiares baseados na maximização do bem-estar individual proporciona elementos para analisar como o *status* social capacita para a independência da mulher na tomada de decisões "impulsionada, sobretudo pelo acesso ao trabalho e rendimento externo", salienta Ellis (1998, p. 24).

Pode-se dizer que como consequência do crédito, as mulheres criadoras de gado assumem um novo papel nas relações familiares, e em certos casos, em confronto com a dominação masculina, segundo a lógica das relações entre os sexos discutida por Bourdieu (1966). Segundo esse autor, o primado e a supremacia pertencem aos homens, particularmente na gestão dos negócios familiares. Essa repercussão permite antever que a autonomia das mulheres é vista como surgimento de um "fenômeno anormal", mas, sobretudo, revela que o sistema de trocas matrimoniais, em seu conjunto, está sofrendo uma transformação profunda e que é preciso identificar as suas causas essenciais. Ainda nessa perspectiva, o autor refere redução da dependência nas trocas matrimoniais em relação aos aspectos econômicos, ou seja, mudança de forma. No caso de Changalane, reflete-se na situação de hierarquia social definida pelo estatuto social e o estilo de vida das famílias locais.

A redução da dependência na perspectiva econômica é observável na comunidade estudada e pode-se afirmar que ocorreu a apropriação de uma nova identidade por parte desse grupo de mulheres. Observam-se esses elementos na disponibilidade em apreender e colocar em prática novas formas de relacionamento, pautadas pela conduta ativa na gestão do matrimônio, e na preocupação em ensinar os filhos para que não venham "de maneira nenhuma" passar pelas dificuldades pelas quais passaram outrora, como é o caso da fome e da violência por falta de alternativas.

O adultério era uma prática cotidiana, segundo a situação encontrada pela AMRU. Essa prática e a poligamia foram elementos focalizados nas palestras como cruciais na propagação de doenças de transmissão sexual e, particularmente, na contaminação pelo HIV. O fenômeno poligamia não era visto pelos moradores de Changalane como uma prática negativa, até porque as mulheres é que sugeriam aos maridos buscar outras mulheres quando estas estivessem na fase de amamentação dos filhos, para evitar gravidezes consecutivas. O marido buscava outra mulher por recomendação da própria esposa, enquanto ela estava em resguardo.

Retomando os aspectos da gestão do crédito, uma das autoridades locais revela que as mulheres referem desavenças conjugais derivadas do não entendimento no processo de gestão dos animais, por exemplo. Assim, uma

situação relatada mostra que o marido resolveu vender uma cabeça, sem consultar a esposa, vendendo e aplicando o dinheiro sem dar satisfação. Às vezes é a mulher que resolve vender e enfrentar a fúria do marido. No entanto, observa-se que as mulheres sempre aplicam o recurso na compra de bens para família.

Um dos maridos diz que “os animais são dos filhos”, essa é a forma que arranjou de segurar a mulher. Diz ele: “Mesmo assim não significa que eu quero só pra mim, fui eu quem pagou as prestações do crédito. Dia de pagar a prestação, pediu-me dinheiro para pagar e eu dei... tanto que fui fazer lobolo na família dela e tive que comprar o boi necessário ao invés de tirar do curral de casa... Espero casar oficialmente dentro em breve” (Entrevista n. 35, 2008).

Algumas das mulheres optaram por tratar a questão do casamento a sério, levando os maridos ao altar e ao registro civil para oficializarem a relação. Presumivelmente por terem ouvido com frequência, durante o preenchimento dos requisitos para a concessão do crédito, perguntas tais como: é casada oficialmente? Do total das 31 mulheres pesquisadas, oito casaram-se oficialmente desde que se tornaram criadoras de gado.

Considera-se que as novas atividades contribuíram para promover a emancipação socioeconômica e para a diminuição das desigualdades de gênero na localidade. As conformações familiares e as relações entre seus membros mais equitativas, considerando os efeitos do empoderamento econômico da mulher, são outras evidências.

Repercussões do estatuto de criadoras de gado na autoestima das mulheres

Ao introduzir o crédito pecuário na Comunidade em benefício das mulheres locais, a Associação constituiu-as em primeiro lugar em uma organização coletiva. A AAPMC é quem as representa no espaço sociopolítico. No enfoque socioeconômico o espaço estava aberto pela interação entre as mulheres e outros grupos sociais, como é o caso das autoridades governamentais e das ONGs que passaram a fazer parcerias com a Associação, buscando legalizar a agremiação para facilitar a abertura de conta bancária, assim como para dar início a outras atividades que se concretizaram por conta dessas parcerias. Exemplo disso está na construção e exploração, em moldes empresariais, de um aviário que produz frangos de abate e ovos e que funciona na localidade sob gestão da Associação das mulheres locais. Esse empreendimento contribuiu para solidificar o emprego das mulheres e serviu para o aumento da autoestima dessas mulheres que se encontravam em uma situação de desfavorecidas e desvalorizadas, tanto na família, como respaldadas pelos costumes locais da Comunidade e pela falta do estatuto de “trabalhadoras” (LOPES, 1995, p. 82).

No que diz respeito às relações de poder, atualmente as mulheres demonstram interesse específico, verificável na interação com as Autoridades Administrativas e locais e com outros grupos sociais externos e internos. Isso faz dessas mulheres lutadoras pelo fortalecimento de redes de relações institucionais com vistas a obterem sucesso em projetos futuros. Buscam a aquisição de tecnologias necessárias para melhorar a produção.

Algumas dentre elas (35% aproximadamente) veem na nova atividade uma forma de lhes permitir a aquisição de nova identidade e assumem a sério o trabalho e o estatuto de trabalhadoras, considerando-se “empresárias rurais de sucesso” e se preocupam em investir e conquistar cada vez mais, com vistas a maximizarem suas economias.

Prestígio social, família e mudanças

Acredita-se que o projeto de criação de gado abriu espaço social para a representatividade das mulheres na comunidade de Changalane, caracterizada por alicerçar novas relações e identidade dessas mulheres, o que provocou descontinuidades do poder existente, marcado pela dominação masculina.

As transformações socioeconômicas na região têm ocorrido de forma mais efetiva na vida da população beneficiada pela criação de gado e que se encontram desempenhando atividades produtivas. O restante da população se encontra em condições ainda precárias e com reflexos dos conflitos no país anteriores a 1992. Acredita-se, no entanto, que, se houver investimentos na criação de gado, pode-se ampliar a participação da população e produzir mais gado e de melhor qualidade. Pode-se afirmar que as mulheres criadoras de gado de Changalane constroem um novo papel social sustentado na igualdade de gênero e no seu poder emancipatório na luta contra as desigualdades até então reproduzidas na hierarquia entre os sexos (LOPES, 1995).

As postulações advindas de organizações de mulheres, dos foros locais, regionais, nacionais e mundiais, têm dinamizado o processo de transformação do sistema de valores e crenças no País. Porém, nas comunidades rurais, isso se verifica de forma tímida devido à falta de divulgação dos resultados desses acontecimentos. Em Changalane, essas influências são visíveis, e compreendidas com maior grau de observância e adesão pelas participantes deste estudo. Isso se verifica na assimilação de competências que as mulheres assumiram no seu cotidiano e nas novas ambições como batalhadoras preparadas para enfrentar de forma individual e/ou coletivamente a defesa do espaço conquistado paulatinamente. Isso se evidencia junto às Autoridades Administrativas e locais influenciadas pelas diversas redes de relações institucionais, assim como pelo fortalecimento de redes de relações comunitárias e também entre as próprias beneficiárias. Identificam-se pelas novas percepções, desenhadas pela vasta gama

de experiências sociais, e também pelos novos interesses familiares que se estruturam com base na diferenciação no acesso a recursos.

Observa-se que uma das discriminações mais persistente e sentida pelas mulheres se refere ao desempenho dos múltiplos papéis e abarca aspectos muito diferenciados. Entre esses múltiplos papéis, não compartilhados com os maridos, estão o papel reprodutivo familiar e as tarefas domésticas. Soma-se a isso o papel econômico referido no trabalho familiar não remunerado e no trabalho assalariado. As atividades comunitárias se agregam a esse rol e caracterizam-se por representação da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo empírico foi possível compreender dinâmicas sociais de gênero a partir da concessão do crédito pecuário a mulheres rurais do Posto Administrativo de Changalane em Maputo – Moçambique no período compreendido entre 1996 a 2008. Sobretudo, o protagonismo dessas mulheres no processo de desenvolvimento, tanto na Comunidade em particular, e do País no geral, se deve ao fato de elas se encontrarem competindo lado a lado com os homens e, sobretudo, construindo sua própria identidade como criadoras de gado.

A entrada da AMRU na Comunidade de Changalane, com o fim da guerra civil, deu início à concessão de crédito pecuário em 1996, beneficiando comunidades de base pobres e vulneráveis. A capacitação socioprofissional realizada antes da atribuição de crédito às mulheres e a suas famílias revelou essa situação. Nessa ocasião, a população constatou a marginalização da mulher e as consequências da poligamia e outras formas tradicionais de levar a vida que foram por séculos acatadas, e puderam então ser contestadas por serem consideradas negativas nos moldes atuais de convivência além dos riscos de contaminação de DTS e HIV/SIDA.

Acredita-se que essa modalidade de crédito pode servir de inspiração para experiências semelhantes ou criação de novas alternativas que deem conta das demandas sociais das mulheres rurais e também de outros grupos sociais existentes. Porém, é necessário considerar-e a escassez de políticas de crédito agrícola em Moçambique, o que reforça a invisibilidade das contribuições econômica das mulheres rurais, aliada à fraca produtividade de suas atividades pautadas na produção de subsistência. As instituições bancárias não arriscam prover crédito para investir na agricultura, o que torna essa possibilidade ainda mais escassa para a mulher rural.

Salienta-se por fim que a criação de gado permitiu vislumbrar uma perspectiva de análise para a compreensão do dia a dia da vida dessas mulheres, suas vivências partilhadas no processo de interações entre elas e diferentes agentes sociais, dentro da comunidade e de suas famílias. Observa-se o esforço empreendido por elas, na construção social de uma nova identidade, organizadas

em um espaço caracterizado pela construção de diferentes relações sociais de gênero, as quais fundamentam a formulação de interesses e a geração de valores. Isso acontece de forma coletiva e individualmente, e pode ser compreendido como um princípio de redefinição de papéis sociais nessa comunidade.

Livestock credit to women in Mozambique: social dynamics of gender

ABSTRACT

The main objective of this study was to know and understand the factors that influenced the rural women of the Administrative Post Changalane, south of Maputo - Mozambique, to choose for livestock credit, and the social significance of the new socio-economic role assumed by them, under the influence of the Mozambican National Association for Rural Women Development (AMRU). It is sustained in the genre as an analytical category. This is a qualitative research in an exploratory investigative perspective. It focuses on the establishment of rural women as beneficiaries of livestock credit. This new activity aroused the community for new ways of production and socio-familiar relationship, enabling the establishment of new and more egalitarian gender relations. We identified changes in social and family relations in the production units of the Community, resulting from this new type of credit to women. The structure of social relations and gender was questioned, favored by the strategy of civic education and socio-professional training proposed by the Mozambican National Association for Rural Women Development. We identified the inclusion of women, until then "invisible", as an important segment in the production of wealth, as well as in the space of citizenship, in the direction of social justice, and Gender equality. We discuss the implications of this activity on the dynamics of marriage relation that influenced the recovery and self-esteem of women in the economic and social plan, culminating in social prestige. Changes envisioned in family dynamics, from material and symbolic components consist, nowadays, these women's live. It should be noted, also, the importance of "new identity" provided, and generator of new social practices in shaping the rural and Family Farming in this Community.

Key words: Gender, Women, Credit.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MULHER RURAL. Programa da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural. Maputo, 1992.

BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne. *Etudes Rurales*. Paris, n. 5/6, p. 32-135, avril/sept. 1966.

_____. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. A Produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3ª Ed. Porto Alegre: Zouk, 2006.

BRUMER, A. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3, n. 8, p. 20-38, out. 1988.

CASIMIRO, I. M. Mulheres: marginalizadas e invisíveis. In: SERRA, C. (Org.). *Estigmatizar e desqualificar: casos, análises, encontros*. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1998.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos à propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *Journal of Development Studies*, London, v. 35, n. 1, p. 1-38, Oct. 1998.

FREIRE, N. M. S. *Mulher, trabalho e capital no campo: um estudo da pequena produção em Cruzeiro do Sul - RS*. 1984. 155 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.

GIGLIONE, R; MATALON, B. *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: celta, 1997.

GIDDENS, A. *Sociologia*. Tradução de Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GOTTFRIED, E. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. Conselho Nacional de Pesquisa. Brasília: 1996.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL: *Unidade de Gênero – diagnóstico de gênero ao setor agrário*. Maputo: MADER, 2002.

LOPES, M. J. M.; ESTERMANN, D. E.; WALDOW, V. R. *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

OSÓRIO, S.C. In: *women and low in southern*. WLSA. nr.15 Maputo: Africa Outras Vozes, 2006.

RELATÓRIO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Maputo: PNUD, 1998.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

VALÁ, S C. *História da posse da terra na região agrária de Chokwé (1975-1996)*. Dissertação (Licenciatura) – Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1996.

_____. *Desenvolvimento Rural e a perspectiva do gênero: reflexões pertinentes*. Maputo; INDER, 1997^a.

_____. *A pertinência de uma estratégia de desenvolvimento rural para as mulheres*. Direção Nacional de Desenvolvimento Rural\ Ministério de Plano e Desenvolvimento de Moçambique. Maputo: DNDR, 2005.

_____. *Desenvolvimento agrário e papel da extensão rural no Chókwè (1950-2000): conflito de interesses entre o estado e os agricultores*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2006.